

RESUMO: O presente artigo tem como propósito apresentar uma avaliação das causas e das condicionantes da desigualdade na distribuição de renda nas economias do mundo. Tal proposta visa a avaliar, por meio dos dados apresentados pela PNUD, a relevância da teoria estruturalista do subdesenvolvimento, bem como a importância dos índices de desemprego e de formação educacional na explicação dessa desigualdade. Os resultados da análise econométrica apontam para uma grande influência da História econômica dos países na explicação de sua distribuição de renda, mas permitem também aceitar a relevância dos índices de desemprego e de escolaridade nesta explicação.

Palavras-chave: Desigualdade de renda. História. Desemprego. Educação.

History Matters: structural origins of inequality in income distribution

ABSTRACT: This article aims to present an assessment of causes and conditions of inequality in income distribution in the economies of the world. This proposal seeks to evaluate through data submitted by UNDP the relevance of structuralist theory of underdevelopment, as well as the importance of unemployment and educational in the explanation of inequality. The results of the econometric analysis indicate a strong influence of the economic history of countries in explaining the distribution of income, but also enable to accept the relevance of unemployment and education in this explanation.

Key-Words: Income inequality. History. Unemployment. Education.

Classificação JEL: D 33, N36, N37.

Introdução

A problemática da distribuição de renda no Brasil ganhou vulto nos últimos anos, devido, em grande parte, à redução de sua acentuada desigualdade percebida por intermédio dos principais índices. Nos últimos quinze anos, o Índice de Gini, caiu de 60,2 para 55,2. Esse índice, que varia de 0 - distribuição perfeitamente equânime - até 100, já alcançou um teto de 63,4 no País, em 1989. No entanto, a despeito dessa considerável melhoria nos últimos anos, o Brasil ainda tem uma das piores distribuições de renda do mundo, no que segue, aliás, um padrão continental. A América Latina possui a pior distribuição de renda entre todos os continentes (MILANOVIC; BUSTILLO, 2008). O fato de não apenas o Brasil, mas também outros países, como Argentina, México, Venezuela e Chile terem suas economias relativamente desenvolvidas, sem, contudo, se aproximarem do padrão de distribuição de renda alcançado pelos países europeus, abre espaço para uma série de interrogações. O que faz com que um país, como o Brasil, que tem apresentado importantes avanços institucionais, econômicos e sociais, ainda apresente uma desigualdade tão grande na distribuição da renda? Por que razão, não só o Brasil, mas toda a América Latina apresenta uma disparidade tão gritante entre a renda auferida pelos mais ricos e a renda dos mais pobres? A resposta a essas perguntas passa pelo entendimento de uma questão principal. Que componentes definem, ou ao menos condicionam a distribuição da renda nos países? É com vistas à resposta para essa questão que está estruturado o

¹ Mestre em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e Bacharel em Economia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; ✉ moraes.economia@yahoo.com.br.

presente trabalho. Não está em sua pretensão encontrar uma resposta definitiva para tal pergunta, mas, sim, apontar quais fatores, ou quais variáveis são capazes de melhor explicar os diferentes padrões da distribuição de renda entre os países.

Com tal intuito, este artigo se divide em três partes, além dessa introdução e dos anexos. Na seção seguinte é apresentado o referencial teórico que embasa a percepção do problema. Nela apresentam-se como fatores estruturais condicionam o comportamento da distribuição de renda em alguns países. Por sua vez, é exposta e relativizada a interpretação mais usual segundo a qual o acesso à Educação é o aspecto mais relevante para a redução da concentração da renda. Em seguida, na próxima seção apresenta-se o modelo econométrico e sua regressão. Por fim, a última parte do trabalho fica reservada para as considerações finais sobre os resultados obtidos.

1. A estrutura e a conjuntura como fontes de desigualdade na distribuição da renda

Quando buscamos compreender os distintos padrões de distribuição de renda encontrados nas economias do mundo, logo nos deparamos com uma realidade que nos é muito cara. Fica evidente a qualquer observação superficial a imensa concentração de renda vista nos países que compõem a chamada América Latina. As origens dessa grande concentração de renda na região não podem ser entendidas sem uma análise da formação das economias desses países. Para Hoffmann (2001):

A explicação dessa desigualdade teria de ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. (HOFFMANN, 2001, p. 67)

A forma pela qual foi colonizada a região Sul do planeta está na origem das desigualdades sociais também para Milanovic.

Estas enormes desigualdades en el acceso a propiedades y mano de obra habrían dado lugar, [...] a un alto grado de desigualdad en la distribución de la renta que se habría perpetuado en el tiempo mediante el uso que las elites hacían de su poder a la hora de establecer arreglos institucionales y desarrollar políticas públicas que mantuvieran el *status quo*, dándoles acceso a ventajas económicas no disfrutadas por el resto de la población. (MILANOVIC e BUSTILLO, 2008, p. 13)

Nesse sentido, a diferença das colonizações ocorridas na América Latina e na África, de um lado, e na América do Norte de outro, podem explicar o presente dessas distintas regiões do globo. *Los datos son claros no sólo en lo referente al distinto tipo de colonización llevada a cabo en el Norte y en el Sur, sino también en lo relativo a la persistencia en el tiempo de los mecanismos que en su momento generaron uno y otro perfil distributivo* (MILANOVIC; BUSTILLO, 2008, p. 13).

Sobre esse aspecto é interessante notar a organização da propriedade da terra nas diversas regiões continentais. Como se percebe no Gráfico 1, a concentração da propriedade de terra medida pelo Índice de Gini, na América Latina não tem concorrente no mundo. Posto que esses dados se referem a um período bastante recente, é mister notar que a estrutura colonial está presente ainda hoje na organização social desses países.

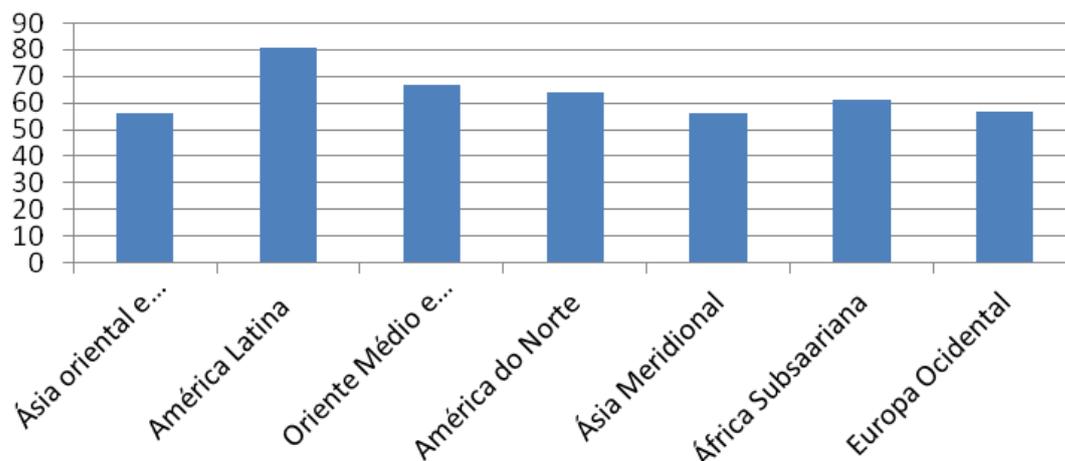


GRÁFICO 1 - Coeficiente de Gini para a posse de terra por regiões

Fonte: MILANOVIC e BUSTILLO, 2008

A maneira pela qual a presença dessa estrutura se enraizou e se consolidou nesses países podemos encontrar em análise clássica das economias latino-americanas realizada por Celso Furtado, nos quadros do pensamento da CEPAL. Em tal análise, Furtado nos apresentou tese referente à heterogeneidade estrutural das economias remanescentes de colônias agroexportadoras. De acordo com sua tese, os países que tiveram sua inserção na economia mundial como colônias exportadoras de produtos primários, como é o caso das colônias portuguesas e espanholas, na América Latina, consolidaram uma estrutura econômica dual. Nesses países convivem dois polos: um moderno, ligado ao setor exportador, e um arcaico de baixa produtividade. “Este tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo”. (FURTADO, 1986, p.142).

Essa estrutura dual se consolidou, à medida que o padrão de exploração desses países estava assentado sobre uma organização social que pouco dinamizava a economia nacional. O sistema de produção baseado em grandes latifúndios e, na maior parte das vezes, no trabalho escravo, fazia com que apenas os grandes proprietários de terra se beneficiassem da renda gerada. E, como esses satisfaziam suas necessidades por meio de importações, não havia espaço para o desenvolvimento de manufatura interna. Por sua vez, a parcela da população que não estava ligada ao setor exportador vivia da exploração de pequenos espaços apenas com a finalidade de subsistência.

Mesmo que ocorresse, como de fato ocorreu, maior complexificação em algumas dessas economias, como no Brasil, por exemplo, a formação de um pequeno mercado interno não seria capaz de reduzir as disparidades entre a parcela da população ligada ao setor externo e o restante. O avanço nas técnicas de produção que aumentavam a produtividade e a renda gerada na economia local, não contribuiu para dinamizá-la. Pois como alertou Furtado:

Caso o comércio exterior esteja controlado por uma oligarquia culturalmente voltada para o exterior, o aumento de produtividade trará maior concentração de renda, com investimentos em construções urbanas e formas superiores de consumo alimentadas pelas importações. (FURTADO, 1986, p. 169).

Nos países em que a exploração externa absorveu menor quantidade de mão de obra, a situação foi ainda pior. Nas nações em que a mineração foi o setor-chave da economia, como ocorreu na maior parte da chamada América Espanhola, até mesmo a criação de um mercado interno que propiciasse o surgimento de uma indústria foi em grande parte inviabilizado. O que ocorreu nesses países foi o enriquecimento de uma elite ligada ao setor exportador, que satisfazia

suas demandas por meio de importações, sem dinamizar a economia nacional. Nas palavras do autor: “Trata-se em geral, nesse caso, da ação de grupos estrangeiros que introduzem técnicas avançadas. A quantidade de mão de obra absorvida é pequena e as consequências do investimento para o conjunto da economia dependem essencialmente da ação do Estado”. (Furtado, 1986, p. 169) Esse padrão foi — e ainda é — claramente observado em países como Bolívia (gás e hidrocarbonetos), Venezuela² (petróleo), Peru (cobre), entre outros casos.

Nem mesmo o desenvolvimento industrial ocorrido em alguns desses países teve condições de romper com essa dualidade e, em muitos casos, até a reforçou. Nesse aspecto, o que teria ocorrido é que a introdução da indústria, como ocorreu no Brasil e no México, por exemplo, reforçou a criação de um excedente de mão de obra estrutural, de baixa produtividade, que serviu para manter os salários em um nível muito baixo.

Ocorreu que, diferente de seu desenvolvimento clássico na Europa, onde o crescimento da indústria se deparou com uma escassez relativa de mão de obra, levando, inicialmente, ao aumento dos salários reais e, posteriormente, à introdução de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho imediato, na América do Sul o capital encontrou um grande excedente de mão de obra. O progresso técnico aqui não ocorreu endogenamente, com a finalidade de manter a lucratividade alta, frente aos avanços do salário real. No nosso caso, a tecnologia foi importada, o que fez com que a indústria já nascesse extremamente intensiva em capital. Nesse caso, os incrementos na produtividade não seguiram a mesma lógica vista no caso europeu. De acordo com Furtado, “sendo a mão de obra um fator relativamente escasso, o poder de compra da massa assalariada tenderá a acompanhar o aumento da produtividade no conjunto da economia” (FURTADO, 1969 p. 32) como ocorria nas economias europeias. O que ocorreu nos países latino-americanos, entretanto, foi a criação de um enorme excedente de mão de obra, o que levou a uma desigual distribuição dos frutos do progresso técnico.

Em face de um grande excedente estrutural de mão de obra os salários tendem necessariamente a fixar-se a níveis relativamente baixos (relativamente a tecnologia utilizada, mesmo tidas em conta as possíveis deseconomias externas) e, mais importante ainda, podem permanecer a esse nível qualquer que seja o incremento da produtividade (FURTADO, 1969, p. 33).

Ainda segundo Furtado, conforme se desenvolve a indústria, essa tendência tende a se ampliar, “... na medida em que se caminha da indústria leve para a pesada, em uma economia com um considerável excedente estrutural de mão de obra, acentua-se a pressão no sentido de concentração da renda” (FURTADO, 1969, p. 33).

Foi devido a essa condição estrutural que, em grande parte dos países da América Latina, o processo de desenvolvimento econômico, ao invés de reduzir a pobreza acabou por ampliá-la. Como Furtado destaca em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*:

Como é através da elevação do coeficiente de capital que se difunde o progresso tecnológico na forma de produzir, não será de surpreender que a um processo intenso de transplantação de atividades industriais ligadas à minoria rica corresponda uma lenta difusão de técnicas modernas nos demais segmentos do sistema produtivo. Explica-se assim que aceleração do crescimento do PIB tenha em algumas partes, acarretado uma baixa absoluta do nível de vida de grandes massas da população, como ocorreu no México nos anos 40 e 50 e no nordeste do Brasil nos anos 60. (FURTADO, 1986, p.184).

O desfecho desse padrão de estrutura econômica é a coexistência de dois grupos econômicos, um grupo minoritário que concentra grande parte da renda nacional e tem fortes raízes com o mercado externo, e um grupo que compreende a maior parte da população desses países e que tem pouco ou nenhum acesso ao mercado de bens. Entre esses dois extremos, habitam menores ou maiores classes médias, que dependendo do país, ficam mais próximas de um ou de outro extremo.

² Governos recentes nesses países foram eleitos com plataformas que se propõem a reverter essa tendência. Uns mais outros menos parecem estar se empenhando nesse sentido. Os resultados, contudo, ainda parecem incertos.

Como visto nesta breve apresentação do modelo de subdesenvolvimento construído por Celso Furtado, a existência de altos índices de desigualdade na distribuição de renda é uma característica estrutural dos países que tiveram sua economia desenvolvida de forma dependente das exportações de produtos primários. Esse foi o caso, além de toda a América Latina também de parte dos países da África.

A despeito de Furtado não expandir nominalmente sua análise para o caso africano, é possível realizarmos tal aproximação como fica claro na interpretação da realidade africana desenvolvida por Amim (1999), Fernandes (2008) e Massimango (1992). De acordo com esses autores, as economias africanas apresentam situação socioestrutural muito similar ao caso latino-americano. Para Massimango (1992, p. 168), mesmo após a independência, a maior parte dos países africanos continuou governada por líderes alinhados às antigas metrópoles, formados em suas universidades, e comprometidos com seus modelos econômicos. Além disso, tais governantes contavam com apoio desses países desenvolvidos para manterem seus governos diante da rejeição popular.

Em Fernandes (2008, p. 15) a semelhança fica mais clara. Para este, *“Años después de la independencia, muchos países africanos intentaron insertarse en la economía mundial, pero lo hicieron con graves deficiencias estructurales en virtud de su malformación producto de siglos de dominación colonial”*.

Por fim, dirimindo qualquer dúvida quanto à validade da aproximação, Fernandes (2008) acrescenta:

La tentativa de entender el subdesarrollo en África junto a modelos ideales con vista a solucionar sus problemas, tiene que ver con el modelo económico basado en el modelo de producción colonial, que en última instancia, llevó al surgimiento del trabajo forzado disfrazado de asalariado y la expropiación de tierras para convertirlas en propiedades privadas, concentradas en manos de los europeos o elites locales dominantes y de las grandes compañías comerciales dedicadas a las actividades de exportación (FERNANDES, 2008, p. 13)

Teses de matiz marxista, como os trabalhos de Oliveira (1988) e de Kowarick (1975), divergiam dessa visão dualista apresentada por Furtado e pela Cepal, de um modo geral. Para esses autores, não existia nas economias colonizadas uma dualidade advinda de um setor moderno voltado para fora, e outro arcaico com raízes internas. Na verdade, no processo de desenvolvimento capitalista desses países, o que era visto como um setor arcaico a ser eliminado pelas reformas estruturais, preconizadas pelos cepalinos, era extremamente funcional. Para eles, a marginalidade é uma característica peculiar ao próprio sistema capitalista periférico, comportando-se como uma “peça” altamente funcional para seu desenvolvimento. Nesse sentido, o atraso do campo, por exemplo, visto por Furtado como um entrave ao desenvolvimento do Brasil, era apontado por Oliveira como propulsor da acumulação industrial e mesmo da agricultura moderna, ao manter os níveis de remuneração da força de trabalho baixíssimos. Assim, enquanto Furtado defendia reformas a fim de reduzir a exclusão e com isso impulsionar o desenvolvimento capitalista, para Oliveira, configura-se essa própria exclusão em elemento vital do capitalismo no Brasil (OLIVEIRA, 1988). A conclusão de Oliveira não poderia ser outra que não a da essencialidade de uma Revolução Social como única alternativa a se equacionar o problema da exclusão no Brasil.

Essas críticas marxistas à análise clássica de Furtado não refutam a existência de uma marginalidade urbana e rural, advindas da especificidade do capitalismo nos países colonizados, o que refutam é o antagonismo proposto pelos cepalinos entre essa existência e o desenvolvimento subsequente do capitalismo. Como visto, esse “atraso” não só não era antagônico, como era funcional ao desenvolvimento, como ficaria comprovado a partir de 1964, diante do forte crescimento econômico visto no Brasil, aliado ao acirramento das desigualdades.

O próprio Furtado revisaria parte de suas conclusões após o êxito dos regimes militares em todo o continente ao conciliarem desenvolvimento com exclusão. Em “O mito do desenvolvimento econômico”, o autor realiza uma autocrítica apresentando alguns entraves à superação do

subdesenvolvimento nos moldes antes defendidos por ele. O centro da tese de Furtado, que norteia este trabalho, permanece intacto, mesmo após as revisões, críticas e autocríticas, visto que, enquanto persistir, em todos esses países, a estrutura econômico-social herdada do período de colonização, a concentração de renda será fator marcante da realidade desses países. Os próprios estudos de viés marxista não refutam essa constatação, apenas divergem quanto à sua realidade paradoxal frente ao desenvolvimento capitalista.

Vale ainda destacar que, a despeito de ser um autor marxista, Furtado sabidamente sofria influências das abordagens marxianas, o que fica claro quando vemos que o próprio modelo de Furtado tem por trás a percepção de que o excedente relativo de mão de obra tende a reduzir os salários, fator que torna desigual a distribuição dos frutos do desenvolvimento econômico – essa massa desempregada constituiria o consagrado conceito marxista de exército industrial de reserva. Como já foi apresentado, é no excesso estrutural de mão de obra que o autor assenta a diferenciação da industrialização nos países latino-americanos, frente aos europeus. É importante, destacar, entretanto, que é uma característica deste padrão socioeconômico, que grande parte dessa mão de obra “sobressalente” não aparece nas estatísticas oficiais de desemprego. Muitas pessoas que se encontram desempregadas por muito tempo terminam por se resignar e abandonam a procura de nova ocupação, o que faz com que “desapareçam” das medições do desemprego. Normalmente, esse grupo de indivíduos passa a ser sustentado pela família ou entra nas fileiras da mendicância e da indigência. Outra parcela de pessoas ocupa-se em serviços informais, precários e temporários – o *lumpem*. Por essa razão, nessas economias, a existência de taxas de desemprego relativamente baixas não necessariamente implica que se tenha reduzido o excedente estrutural de mão de obra.

Nesse sentido, a taxa de desemprego, apesar de refletir bem conjunturas de maior ou de menor excesso de mão de obra, não consegue incorporar toda a superpopulação estrutural que se encontra nos países “periféricos” do sistema, ou seja, nas ex-colônias de exploração. Esse fato, todavia, não diminui a importância dessa taxa na percepção da conjuntura dos mercados de trabalho, pois, no caso de existirem altas taxas de desemprego, podemos supor que nem mesmo as ocupações informais estão sendo capazes de incorporar a população ativa. Esse fato tende a gerar uma redução significativa na capacidade dos trabalhadores em conquistarem melhor distribuição na renda auferida pela economia. Dessa forma, é de se esperar que, quanto maiores os índices de desemprego, pior a desigualdade na distribuição de renda, advinda da pior distribuição funcional da renda, aumentando a fatia dos frutos do capital e reduzindo a parcela dos salários.

Para Milanovic e Bustillo (2008) além dos aspectos econômicos oriundos da estrutura pós-colonial dessas economias, também questões de natureza política explicam a dificuldade de elas superarem essa enorme disparidade entre ricos e pobres. Para o autor, nesses países, durante muito tempo, e em alguns casos até os dias de hoje, houve pouco avanço nas políticas sociais e democráticas que poderiam ao menos amenizar a extrema pobreza da maior parte da população. Ocorre, segundo Milanovic, o que a literatura chama de *path dependency growth*. Ou seja, o desenvolvimento socioeconômico segue uma trajetória “dependente” de características remotas originais dessas economias.

En resumen, el alto nivel de desigualdad derivado del modelo de colonización imperante en América Latina (en contraste con América del Norte) se habría perpetuado en el tiempo mediante la consolidación de élites poco interesadas en la activación de aquellas políticas (democracia no censitaria, educación básica, etc.) que podrían afectar negativamente a sus intereses de clase. (MILANOVIC; BUSTILLO, 2008, p. 15).

Essa constatação torna latente a problemática em torno de um terceiro fator que, a nosso ver, contribui para a distribuição desigual da renda, p. o acesso aos serviços sociais, particularmente de Educação. Como dito anteriormente, em vários países até mesmo os avanços nessa variável são, por vezes, barrados pela organização de poder econômico e político dessas sociedades, herdados do período colonial. Ainda assim, em outros países, como Chile, Argentina e Uruguai foram alcançadas melhorias expressivas nesse setor.

Algumas interpretações “menos” histórico-estruturais tendem a supervalorizar o aspecto educacional, apontando-o como a principal fonte das diferenças entre as distribuições de renda nos diversos países. Nesse perfil enquadram-se as teorias que fazem referência ao capital humano. Para Paes de Barros (2000), por exemplo, a introdução de tecnologias mais avançadas na onda da globalização demanda mão de obra mais especializada e altamente bem preparada. Nesse sentido, apenas a parcela da sociedade que tiver acesso a um nível maior de escolaridade poderá ser beneficiada pelos frutos do aumento da produtividade originado pelas novas tecnologias. Assim, quanto maior for a parcela da população com alta escolaridade, mais bem distribuídos serão esses frutos. Em contrapartida, se apenas uma pequena parcela da população tiver acesso à Educação, a parte excluída será marginalizada quanto à sua ocupação no mercado de trabalho. Dessa forma, apenas a minoria escolarizada concentrará a maior parte dos frutos do aumento da produtividade.

Deve ser ressaltado, contudo, que a despeito da importância do componente educacional ele não é capaz, isoladamente, de reverter a variável estrutural que mantém a tendência de concentração de renda em alguns países. Nesse aspecto Solano Lucas fornece contribuição relevante:

Sin embargo, la desigualdad sigue siendo en su origen producto de las estructuras y no del devenir individual. El azar no es una explicación de las disparidades estructurales. Lo que está claro es que ciertos elementos que antes eran considerados como instrumentos sumamente eficaces para mejorar la posición social de origen, hoy se ven desbordados por la multitud de variables que inciden negativamente sobre ellos.

Valga el ejemplo de la inversión educativa, se ha generalizado de tal manera que hoy tiene más sentido, en muchos casos, explicar la desigualdad en base a criterios tales como la edad, la nacionalidad, la renta, el hogar, el entorno, la actividad, etc. (LUCAS, 2007, p. 74)

Isto não implica, contudo, que avanços na democratização do acesso a Educação não devam ser buscados independentemente de qualquer outro fator.

É provável que a importância da Educação como determinante do rendimento das pessoas e da sua desigualdade esteja superestimada nas análises econométricas, simplesmente porque não se dispõe de boas medidas para vários outros determinantes da renda, que estão positivamente correlacionados com a escolaridade. Mas, o aumento da escolaridade também é um objetivo em si, considerando-se que ela favorece a participação mais plena do cidadão na economia e na sociedade modernas. Assim, apesar das divergências teóricas, há um consenso sobre a necessidade de aumentar rapidamente a escolaridade no país. (HOFFMANN, 2001, p. 73).

Em síntese, a contribuição do acesso à Educação, apesar de significativa, não deve ser fator determinante na aproximação dos índices de desigualdade entre os países. Isso implica que um país pode obter excelentes índices de acesso à Educação, como Chile e Argentina, por exemplo, e ainda assim apresentar uma concentração de renda superior à de outros países, principalmente europeus. Em outras palavras, o avanço na escolaridade, a despeito de ser um bem em si, somente trará contribuição relevante e duradoura para a melhoria da renda daqueles que dela se apropriam caso aumentem também as oportunidades de melhores empregos para toda a população.

Si por deficiencias presupuestarias u organizativas la educación es de mala calidad difícilmente esta mejora en permanencia en la escuela se traducirá en un aumento de la capacidad productiva de los trabajadores. Por otro lado, la mejora educativa tan sólo recoge un aumento potencial de la productividad y los salarios, que para que sea efectivo tendrá que traducirse en mejores empleos para aquellos con otrora menos educación. Si como resultado de la situación económica no se crean tales empleos, entonces la mejora educativa no se traducirá en ganancias de ingresos y reducción de la desigualdad. (MILANOVIC e BUSTILLO, 2008, p. 31).

Concluindo, de acordo com a teoria estruturalista desenvolvida pela CEPAL, existe uma variável histórica na explicação da concentração de renda em alguns países que sobrepõe as variáveis conjunturais. Em outras palavras, não se nega a importância da geração de empregos e da democratização do acesso à Educação como fatores com alcance de redução na desigualdade de

renda. Ao contrário, é de se esperar que esses fatores apresentem significância na explicação dos diferentes índices de distribuição de renda dos diversos países. Deve-se destacar, contudo, que enquanto permanecer a estrutura socioeconômica que marca os países que já foram colônias de exploração, seus perfis de distribuição de renda serão bastante mais desiguais que os do resto do mundo.

Estudos recentes sobre o caso brasileiro, como o de Soares (2006) e de Moraes *et al.* (2009) abordam a questão da recente melhoria na distribuição de renda no Brasil e apontam alguns fatores a explicar esse panorama. Em ambos os trabalhos as políticas econômicas e sociais dos governos recentes, especialmente a valorização do salário mínimo e aumento da renda média do trabalhador, são apontadas como os principais responsáveis por essa melhoria. No entanto, cabe destacar que esse avanço na redistribuição da renda apresenta limites que, como pretendemos demonstrar neste trabalho, configuram-se na estrutura desigual imposta pelo contexto histórico-econômico dos países de origem colonial exploratória. A percepção desses dados é notável quando vemos que o índice de Gini para o Brasil, que como dito já foi de mais de 60 ao longo dos anos 1990, tem-se reduzido, chegando em 2009 a 54, como visto abaixo (IPEADATA, 2012). A despeito dessa forte redução, vemos que, comparativamente, a média dos 27 países da União Europeia, inclusive aqueles com atuais graves problemas econômicos e elevado índice de desemprego, é de 30,5 (EUROSTAT, 2010).

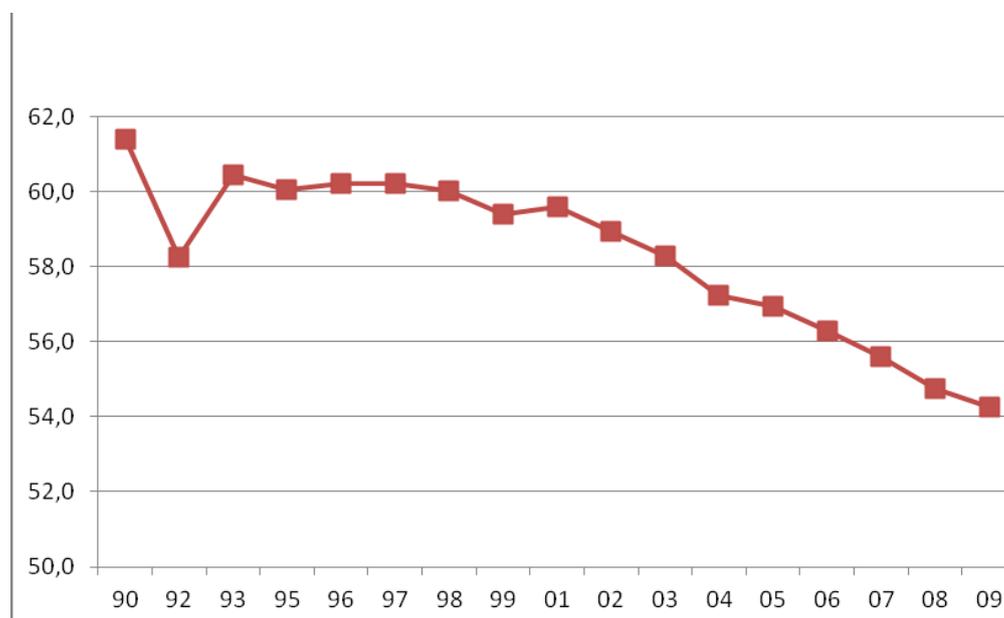


GRÁFICO 2 - Coeficiente de Gini no Brasil
Elaboração própria a partir de dado do IPEADATA (2012)

2. Análise econométrica

2.1 O modelo

De acordo com nosso modelo, a desigualdade passa por três pilares, sendo um estrutural, um conjuntural-estrutural e um conjuntural. Em síntese, a desigualdade seria resultado, primeiro, de uma estrutura social formada ao longo da História das diversas nações e já consolidada na criação de economias heterogêneas, fruto do processo de desenvolvimento de um setor exportador moderno diante da manutenção de um setor atrasado. Essa estrutura dual tem por característica gerar um excedente de mão de obra que, apesar de não ser captado pelos índices de desemprego oficiais, tende a pressionar os salários para baixo. Esse excedente se oculta sob formas de empregos precarizadas e informais. Em segundo lugar, é possível deduzir, que o mesmo efeito ocorre, mas de

forma universal, por meio das taxas de desemprego oficial. De forma geral, níveis mais elevados de desemprego pressionam os salários para baixo, principalmente nos trabalhos mais simples, nos quais os trabalhadores podem ser mais facilmente substituídos. Por fim, o acesso à Educação também será considerado, uma vez que afeta diretamente o funcionamento do mercado de trabalho. Os países com maior nível de escolaridade devem apresentar um menor número de trabalhadores com baixa produtividade, e *ceteris paribus* uma conformação mais igualitária do mercado de trabalho e conseqüentemente da distribuição da renda. Dessa forma podemos deduzir o seguinte modelo:

$$\text{Gini} = C + b_1(\text{Colônia}) + b_2\text{Desemprego} - b_3\text{Escolaridade}$$

3.2 Notas sobre a regressão

$$\text{Gini} = 63,39 + 9,96 + 0,19 \text{ desemprego} - 0,36 \text{ escolaridade}$$

(5,67) (2,12) (2,05) (0,06)

Os valores entre parênteses representam os respectivos desvios-padrões. Com base nesses valores é calculado o teste t de Students, que mede a significância das variáveis em questão. Com base nele, é possível afirmar para as três variáveis, que são diferentes de zero, ou seja, são significantes.

Já o valor referente ao R² que mede a taxa de explicação da variável independente pelas variáveis de modelo, apresentou valor de 0,75, e 0,74 quando ajustado para o número de variáveis. Esse resultado indica que 75% das variações do Índice de Gini são explicadas pelas variáveis dependentes do nosso modelo.

Por sua vez o teste Durbin-Watson resultou no valor 2,11. Com base nesse resultado não é rejeitada a hipótese de que exista autocorrelação positiva ou negativa entre os erros. Esse resultado será confirmado pelo teste LM.

O teste F, que mede a significância de todas as variáveis em conjunto, apresentou resultado, p. 61,16. Esse resultado permite rejeitar a hipótese de que todas as variáveis do modelo sejam iguais a zero.

Outro teste realizado, o LM, avalia a possibilidade de os resíduos da regressão serem autocorrelacionados. No caso de nosso modelo – corte transversal – o teste LM considera a hipótese de os resíduos apresentarem correlação espacial. De acordo com o resultado do teste apresentado esse não é o caso do modelo em questão. Como vemos, o teste indica que não rejeitamos a hipótese nula de que não há autocorrelação, não havendo assim, relação entre os erros, nem entre eles e alguma variável.

Por sua vez, foi visto o teste White, que avalia a possibilidade de a variância dos erros apresentarem algum padrão de comportamento não aleatório. Nesse caso diz-se que os erros são heterocedásticos. Normalmente, em modelos de corte transversal, como no nosso caso, espera-se detectar a presença de heterocedasticidade devido à grande heterogeneidade entre os itens da amostra. No caso de nosso modelo, entretanto, foi possível aceitar com mais de 30% de significância a hipótese nula de que os erros são homocedásticos, ou seja, de que não há heterocedasticidade. Realizamos também o teste White cruzando as variáveis. Mediante essa forma de realizá-lo, além de avaliar a existência de heterocedasticidade, também avaliamos a possibilidade da existir erro de especificação (GUJARATI, 2006, p. 335). Por último vale ressaltar que o teste Jaque-Barbera, indica que os erros são distribuídos de forma normal.

3. Resultados e Considerações Finais

$$\text{Gini} = 63,39 + 9,96 + 0,19 \text{ desemprego} - 0,36 \text{ escolaridade}$$

Esse resultado sinaliza que, em média, um aumento de um ponto percentual na taxa de desemprego deve aumentar em 0,19 pontos o Índice de Gini; por sua vez, um mesmo aumento de um ponto percentual na taxa de acesso à Educação secundária reduz em 0,36 pontos esse mesmo índice. Outro resultado relevante dessa regressão reside na confirmação de o país ter sido uma colônia de exploração, casos da América Latina e maior parte da África, amplia em 9,96 o intercepto, da regressão, ou seja, esses países obtêm uma desvantagem de praticamente 10 pontos em relação aos demais, quanto ao Índice de Gini. Como já havia sido ressaltado na primeira sessão deste trabalho, o fato de que os países da América Latina e da África apresentavam os piores resultados para o Índice de Gini já era possível ser visualizado na apresentação dos dados. O resultado da regressão, contudo, é importante por nos proporcionar uma estimativa quantitativa da distância dessa disparidade. Nesse sentido, é possível fazer a seguinte reflexão: ainda que os países da América Latina e África atingissem os mesmos níveis de desemprego e de acesso à Educação do resto do mundo – o que, aliás, já é o caso de alguns desses países – eles ainda manteriam um Índice de Gini, em média 10 pontos acima do visto nesses países. Em síntese, da diferença entre os Índices de Gini das ex-colônias e do resto do mundo, 10 pontos existem independente de qualquer outro fator que não sua condição histórico-estrutural.

O R^2 relativamente alto (0,75) nos mostra que existe considerável relação entre as variáveis elencadas pelo modelo e o Índice de Gini, o que não exclui, sem dúvida, a importância de outras variáveis. As possíveis disparidades do padrão de comportamento das variáveis escolhidas frente ao Gini que impediram o R^2 de ficar mais próximo de 1, indicam isso. Em outras palavras, nem toda a diferença entre os Índices de Gini dos diversos países são explicadas pelo acesso à Educação e pelo desemprego, mas a relação entre o comportamento dessas variáveis e do Gini é considerável.

No que tange à Educação, também há uma característica que merece destaque. Tão importante quanto, ou até mais importante que a taxa de acesso a um nível mínimo de escolaridade é a qualidade dela. As diferenças de qualidade na Educação entre os países também tendem a afetar a relação entre essa variável e o Gini, dado que uma mesma taxa de 90% de pessoas com acesso à Educação secundária pode ter significado diferente para países diferentes. Da mesma forma, a variável desemprego também deve ser relativizada. Como o método de pesquisa pelo qual se obtêm os dados varia de um país para outro, eles devem ser considerados com certa cautela. É de se esperar que, em alguns países, as taxas reflitam melhor o verdadeiro desemprego e em outros menos, valendo assim a mesma regra dita para a variável educacional. Um mesmo índice de 5% de desemprego, por exemplo, pode ter significado diferente para dois países.

Em um modelo alternativo, foi utilizada uma variável *dummy* (ex-colônia ou não) para testar a possibilidade de um coeficiente angular diferenciado na relação da variável Educação com o Gini. Em outras palavras, testamos a possibilidade de o acesso à Educação influenciar de forma distinta os países que foram colônias dos que não foram. O resultado, contudo, não foi significativo, o que preliminarmente indica que o acesso à Educação influencia de forma equivalente ambos os “tipos” de países.

Feitas essas ressalvas, podemos concluir que os resultados respaldam o modelo em questão. Em síntese, os países que, historicamente, inseriram-se na economia mundial como exportadores de produtos primários e como dependentes das economias centrais, apresentam uma distribuição de renda mais desigual que os demais países, mesmo quando possuem níveis de acesso à Educação e níveis de desemprego “oficial” equivalentes. Mais uma vez, vale ressaltar que essa expressão – oficial — é utilizada, pois, de acordo com o arcabouço teórico aqui utilizado, a desigualdade de renda nesses países é explicada exatamente pelo comportamento do mercado de trabalho. No limite, as disparidades estruturais dessas economias se refletem em um grande número de miseráveis, subempregados que, por razões diversas já apresentadas, não estão expressos nas estatísticas de desemprego.

Além desse componente estrutural, também foi significativa, em nosso modelo, a influência das taxas de desemprego. A importância do desemprego, seja ele conjuntural seja estrutural, sobre a distribuição da renda está em sua potencialidade de pressionar os salários para baixo. Ou seja, os

resultados do teste econométrico não refutaram a hipótese de que taxas de desemprego mais elevadas convivem com uma distribuição de renda mais desigual, fato que creditamos à pressão exercida sobre o nível de salários, principalmente aqueles que demandam menor qualificação e, portanto, apresentam maior intercambiabilidade.

Por último, os resultados também mostraram significativa a influência do acesso à Educação na distribuição da renda. Um percentual maior de pessoas que tenham atingido a Educação secundária faz com que o País apresente uma distribuição de renda relativamente mais equitativa. Os resultados obtidos também não refutam a tese de que um acesso mais amplo à Educação permite à população uma inserção de maior qualidade no mercado de trabalho. Isso nos leva a crer que, quanto menor o número de pessoas excluídas do processo educacional, menores as disparidades na distribuição da renda.

O que esses resultados preliminares e parciais permitem inferir é que, para os países em geral, o desenvolvimento econômico e a geração de emprego, aliados à melhoria e expansão do acesso à Educação, são fatores essenciais para a redução da desigualdade de renda. Por outro lado, para os países da América Latina e da África, tal resultado só será verdadeiramente alcançado por meio de reformas estruturais, como apontava Furtado, ou da Revolução Social, como defendem os autores marxistas. O fato é que reduzir a dependência de nossas economias frente ao setor agroexportador, assentado sobre a imensa concentração na propriedade da terra, parece fundamental para melhorar a vida dos excluídos. Sendo assim, é de se esperar que políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, a despeito de imprescindíveis para reduzir essa calamidade social, que é a fome, possuam um limite quanto à sua capacidade de melhoria na distribuição da renda. Os recursos despendidos nessas políticas ainda têm certo potencial de expansão, dado que representam muito pouco no orçamento federal – algo em torno de 0,5% do PIB (MDS) – o que deixa, ainda, margem para alguma melhoria futura no Índice de Gini, na medida da expansão desses dispêndios. A expectativa, no entanto, de que esse Índice atinja a média europeia de 34,0 pontos não deve ser contemplada apenas por esse tipo de política. Se acreditarmos que o modelo de capitalismo europeu é um bom exemplo a se seguir, precisamos melhorar o acesso e a qualidade da Educação básica e da superior, desenvolver a economia e gerar emprego. Mas é necessário, até para que as metas anteriores possam ser concretamente alcançadas, implantar uma série de “reformas de base” que rompam definitivamente com nossa “estrutura colonial” que deem caminhos alternativos à trajetória histórico-estrutural de péssima distribuição de renda.

Referências bibliográficas

- AMIN, Samir. Miradas a un medio siglo. **Itinerario intelectual** 1945-90. La Paz, Lepala y Plural, 1999.
- EUROSTAT. Disponível em www.eurostat.com. Acessado em 07.06.2012.
- FERNANDES, Lito Nunes. Las raíces históricas del atraso económico en África Subsahariana In: **Textos de Economia**, Florianópolis, v.11, n.1, jan./jun.2008. p.11-38.
- FURTADO, Celso (1959) **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. (1967) **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, Vol. 15, N° 41, 2001.
- IPEADATA. Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acessado em 07.06. 2012.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- LARRU, José Maria. Foreign Aid: reduce poverty. Disponível em: < [http, p.//mpra.ub.uni-muenchen.de/2341/](http://mpra.ub.uni-muenchen.de/2341/)> **MPRA Paper** No. 2341, posted 07. November 2007.
- LUCAS, Juan Carlos Solano. Una Reflexión sobre la Desigualdad, la Pobreza y la Exclusión, p. elementos teóricos y analíticos. **Revista sociológica de Pensamiento Crítico**. Madrid - Espanha, Vol. 1, 2007.
- MASSIMANGO, C. K. Africa subsahariana y el nuevo contexto mundial. **Nueva Sociedad** N° 119, Mayo/Junio 1992. pp. 164-170.
- MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acessado em 01/05/2011.
- MILANOVIC, Branko; BUSTILLO, Rafael Muñoz de. La Desigualdad de la Distribución de la Renta en América Latina, p. situación, evolución y factores explicativos. **América Latina Hoy**, Salamanca-Espanha, N° 48, abril/2008.
- MORAES, Rafael; AVILA, Rober Iturriet; SILVEIRA, S. J. C. Políticas sociais no Brasil pós-Plano Real. **Revista da FAE**, Curitiba, v.12, n.2, jul./dez. 2009.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- PAES de BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade Pobreza no Brasil, p. retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, N° 42, p.123-142, Fev/2000.
- PEIRÓ, Pilar Gangas Desigualdad y Pobreza, p. América Latina y Europa desde 1950. **Política y Cultura**, Salamanca-Espanha, N° 20, p.29-51, outono de 2003.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Coimbra: IPAD, 2007.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon, **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Texto para Discussão nº1166. Brasília, p. IPEA, fevereiro de 2006;

ANEXO 1 - Os dados

Todos os dados utilizados neste trabalho foram coletados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. De um total de 176 nações para as quais há dados disponíveis nesta publicação, apenas 94 possuem dados confiáveis sobre as variáveis aqui utilizadas. Dessas 94 nações reduzimos a amostra para 66 delas. Essa redução foi feita, pois foram excluídas as nações com um PIB *per capita* inferior a US\$ 5.000 (PPC). Essa exclusão foi feita, uma vez que o objetivo deste trabalho consiste em entender as razões da desigualdade na distribuição da renda e não da pobreza absoluta. Entendemos que, selecionando apenas os países com renda maior que a do corte, teríamos economias menos díspares quanto à potencialidade de melhoria da renda para os excluídos. Em outras palavras, buscamos entender as causas da pobreza originada na má distribuição da renda e não da escassez de renda, como seria o caso das nações excluídas da amostra.

País	Gini	colonia	esc	demo	educind	desemp
Noruega	25,8	0	97	0,5	99,1	3,5
Austrália	35,2	0	86	1,3	99,3	4,9
Canadá	32,6	0	86	1,1	99,1	6,3
Irlanda	34,3	0	88	0,9	99,3	4,4
Suécia	25	0	99	0,3	97,8	7
Suíça	33,7	0	84	0,5	94,6	4
Japão	24,9	0	100	0,5	94,6	4,1
Países Baixos	30,9	0	87	0,6	98,8	3,9
França	32,7	0	99	0,5	98,2	9,4
Filândia	26,9	0	95	0,4	99,3	7,7
Estados Unidos	40,8	0	89	1	97,1	4,6
Espanha	34,7	0	98	0,7	98,7	8,5
Dinamarca	24,7	0	95	0,2	99,3	3,9
Áustria	29,1	0	95	0,3	96,6	4,8
Reino Unido	36	0	95	0,2	97	5,3
Bélgica	33	0	97	0,2	97,7	8,2
Nova Zelândia	36,2	0	91	0,9	99,3	3,8
Itália	36	0	92	0,2	95,8	6,8
Hong Kong, China (RAE)	43,4	1	80	1,6	88,5	5,6
Alemanha	28,3	0	90	0,2	95,3	8,4
Israel	39,2	0	89	2,3	94,6	9
Grécia	34,3	0	91	0,7	97	8,9
Singapura	42,5	1	80	2,2	90,8	5,3
República da Coreia	31,6	0	90	1	98	3,5
Eslovênia	28,4	0	94	0,5	97,4	5,8
Portugal	38,5	0	83	0,5	92,5	7,7
República Checa	25,4	0	95	0,1	93,6	7,2
Hungria	26,9	0	90	-0,1	95,8	7,5
Polónia	34,5	0	93	0,4	95,1	13,8
Argentina	51,3	1	79	1,3	94,7	10,6
Chile	54,9	1	79	1,5	91,4	6,9
Eslováquia	25,8	0	79	0,4	92,1	13,4
Lituânia	36	0	91	0,1	96,5	8,3
Estónia	35,8	0	91	-0,2	96,8	7,9
Letónia	37,7	0	80	-0,2	96,1	8,7
Uruguai	44,9	1	80	0,5	94,2	12,2
Croácia	29	0	85	0,2	89,9	12,7
México	46,1	1	65	1,8	86,3	3,2
Bulgária	29,2	0	88	-0,4	92,6	10,1
Trinidade e Tobago	38,9	1	69	0,9	87,2	8
Roménia	31	0	80	0,1	90,5	7,2
Panamá	56,1	1	64	2,1	87,8	10,3
Malásia	49,2	1	76	2,5	83,9	3,6
Bielorússia	29,7	0	89	0,1	95,6	1,5
Federação da Rússia	39,9	0	80	0,2	95,6	7,8
Albânia	31,1	0	74	0,9	88,7	14,4
Macedónia (ARJM)	39	0	82	0,6	87,5	37,3
Brasil	57	1	78	1,8	88,3	8,9
Cazaquistão	33,9	0	92	0,2	97,3	8,4
Venezuela, República Bolivariana	48,2	1	63	2,5	87,2	15,8
Colômbia	58,6	1	55	1,9	86,9	11,8
Ucrania	28,1	0	79	-0,1	94,8	7,2
Tailândia	42	0	64	1,3	85,5	1,4
República Dominicana	51,6	1	53	2	82,7	17,9
China	46,9	0	80	1,2	83,7	4,2
Turquia	43,6	0	67	1,9	81,2	9,9
Jordânia	38,8	0	79	3,5	86,8	
Perú	52	1	70	2	87,2	11,4
Filipinas	44,5	1	61	2,3	88,8	7,4
Tunísia	39,8	1	65	1,9	75	14,2
Irão, República Islâmica do	43	0	77	2,4	79,2	11,5
Geórgia	40,4	0	81	-0,3	91,4	13,8
Azerbaijão	36,5	0	78	1,3	88,2	8,5
África do Sul	57,8	1	62	2,1	80,6	26,6
Botsuana	60,5	1	60	2,7	77,3	23,8
Namíbia	74,3	1	39	2,7	78,3	33,8

Legenda:

Gini: Índice de Gini – Tabela 15 do RDH 2007/2008

Colônia: Variável *dummy* para países ex-colônia de exploração – Fontes diversas.

Esc.: Taxa Líquida de Escolarização Secundária (%) - Tabela 12 do RDH 2007/2008.

Demo: Taxa de Crescimento Anual da População (%) 1975-2005 – Tabela 5 do RDH 2007/2008.

Educind: Índice Educacional do PNUD – Tabela 1 do RDH 2007/2008.

Desemp: Taxa de Desemprego (% da População Ativa) 2006 – Tabela 20 do RDH 2007/2008.